DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019

PINGA-FOGO

Boa tarde a todos, Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras. Saudar o público que nos visita nesta tarde, a imprensa como um todo.

Dizer, Sr. presidente, ontem eu me inscrevi para falar no Pinga-Fogo, mas tivemos vários oradores para comentar a Tribuna Popular. E a partir das 16 horas, nós tivemos aqui Fábio Mota e Almir Melo para fazer o demonstrativo da planilha do ISS, de forma que eu fui o primeiro orador inscrito no Pinga-Fogo e não pude fazer uso da palavra.

Mas eu quero falar hoje nesta tarde, usar a tribuna desta Casa para falar da minha indignação com relação ao funcionamento do Detran que está, que foi inaugurado recentemente pelo governador Rui Costa, no Shopping da Bahia. As instalações são muito boas. Estacionamento para a população, embora pago. E quero dizer que estou apresentando já uma Indicação aqui ao governo do Estado para que as pessoas que se dirijam ao Detran sejam isentas de pagar estacionamento porque, na quinta-feira passada, eu estive no Detran para resolver uma situação de um documento de um veículo meu, o dia todo o sistema fora. Retornou às 17 horas. Saí de manhã, quase meio dia de quinta feira, retornei à tarde, fora o sistema. Retornei na sexta-feira, às 08:30, começaram a distribuir as senhas, adentrei

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

às 09 horas na área do Detran e saí de lá meio dia. O sistema fora. Começou a atender, chamou as pessoas e caiu o sistema.

E eu quero dizer que o SAC já foi tido como exemplo mundial de atendimento à população. E é lamentável, Carolino, e presidente em exercício Carlos Muniz, o funcionamento do Detran está uma porcaria.

E aproveito o espaço aqui, como vereador desta cidade, para sugerir ao governador e ao secretário de Administração que possam investir um servidor, se for o caso, com mais capacidade, para suportar a demanda ou verificar se é incapacidade de pessoa, de gestores que estão à frente do Detran. Porque se o Detran não funcionava bem, agora está pior ainda, e é uma vergonha, o Detran, que está no SAC do Shopping da Bahia, que já foi tido como exemplo mundial de dignidade para a população! E eu disse às pessoas, eu estou aqui como contribuinte, mas vou usar a tribuna como vereador para ser a voz do povo naquela Casa. Disse a todos os funcionários.

E paralelo a isso, recebi uma comissão de moradores se queixando também que o salário só anda atrasado. E o Detran não é uma empresa deficitária, o Detran tem arrecadação e é muito grande.

Eu faço um apelo ao governador, ao secretário de Administração – se for da pasta dele, o que eu não sei – que tenha responsabilidade com os munícipes, com os contribuintes de Salvador, porque eu sofri na pele. E não estou aqui falando porque eu sofri não, porque quando eu não posso ir, eu faço uma procuração para um advogado – que o sou – um assessor, porque

não posso deixar o meu trabalho para estar perdendo um dia, dois dias no Detran, como aconteceu.

Os documentos levam 30 dias. Você agora não recebe mais o licenciamento do seu carro, e eu estou passando por isso. Minha esposa emplacou o carro dela, eu emplaquei o meu, não chegou; fui buscar, o sistema fora e agora dois, três, quatro meses para você receber o documento em casa. E o guarda, quando te pega na blitz, são dez dias, pelo menos pela lei, 30 dias. E cadê o atendimento de excelência do Detran?

Outra coisa, recebi uma denúncia do Planserv de que o Hospital Português só está atendendo a população até dia 10, dia 15 de cada mês. É um absurdo! Nós precisamos tratar o povo com mais dignidade.

Quero finalizar dizendo da importância do projeto, vereador Carolino, do ISS para a Cidade do Salvador. O prefeito está mandando o projeto, no qual vai estar dando isenção para os empresários, para não aumentar a passagem do ônibus para não cair no colo da população. Eu acho interessante.

Mas deixo aqui a minha mensagem também para os empresários de ônibus desta cidade. Eles precisam da contrapartida para a população de baixa renda, porque hoje, quando alguém da família vem a falecer, batem na porta de nós, vereadores. E o aluguel, na camaradagem, é 400 reais para fazer o sepultamento de um ente querido.

Nós estamos aqui discutindo a votação desse projeto, mas temos também de chamar à responsabilidade todos os empresários que representam hoje as quatro empresas – sei lá

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

quantas são – das bacias para que tenham responsabilidade com os vereadores, que nós representamos o povo desta cidade.

Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CARLOS MUNIZ** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019 **PINGA-FOGO**

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde, vereadores e vereadoras.

Venho a esta tribuna dizer, primeiro, que concordo com V. Ex.ª com o seu discurso por completo. Quero dizer que não é piorando o serviço, como V. Ex.ª falou, e trazendo mais custo à população que se resolve o problema. Então, ele tem que diminuir o custo, o estacionamento não pode ser cobrado de maneira nenhuma, concordo com V.Ex.ª, e tenho certeza que o Detran tem que melhorar o atendimento, porque do jeito que está, não dá.

Não sou vereador de esconder o sol com a peneira. O que trago aqui também hoje, é que o ISS, vereador Atanázio Júlio, V.Ex.ª que sempre defendeu a população de Salvador, e eu me honro de ser seu colega por isso. Recebi um parecer hoje, e quando a gente recebe um parecer jurídico, coisa que pouco a gente entende, a gente não pede ajuda aos universitários, a gente pede ajuda aos professores. Recebi esse parecer e pedi ajuda ao professor Edvaldo Brito.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

E quero chamar a atenção de V.Ex.ª, vereadora Marta, que a passagem que dizem que se a gente derrubar o ISS vai para R$ 4,12 é mentira. Por esse parecer, a passagem, no máximo, se nós derrubarmos, vai para R$ 3,80. Então, se nós derrubarmos o ISS aqui na votação, a passagem de ônibus não poderá ultrapassar R$ 3,80 porque o TAC estará morto, não haverá TAC. Não havendo TAC, nós só poderemos ter o aumento quando, através do contrato original, que diz que a passagem não pode ultrapassar os R$ 3,80.

Então, querem colocar no colo da Câmara aqui, vereadora, um aumento que nós nunca participamos e nós não queremos. Eu tenho certeza, se cada um dos vereadores aqui forem entrevistados, todos eles vão dizer o que eu estou dizendo. A passagem de Salvador é muito cara, nós não queremos isso.

Eu mesmo queria que a passagem...eu fiz um projeto aqui, vereador Fábio, onde eu pedi isenção para os alunos de escola pública na Comissão de Constituição e Justiça e já mataram, Ora, os alunos de escola pública aqui têm o mesmo direito que os de escola particular. Errado, quem coloca hoje um filho numa escola pública, nós sabemos, que é porque não tem dinheiro nem de transporte.

O ensino, tanto municipal quanto estadual é uma verdadeira miséria. Não tapa o sol com a peneira em dizer que a educação aqui presta tanto municipal quanto estadual. Nenhuma das duas presta. Nós deixamos muito a desejar ao povo em relação à educação e saúde, tanto no município quanto no Estado. E eu faço um projeto desse, e a Comissão de Constituição

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

e Justiça diz não. Isso pode trazer ônus, pode trazer custo ao município.

Ora, qual custo que vai trazer ao município? Você dar gratuidade ao aluno de escola pública, você vai dar um benefício em que eles já tem o direito e que nós não damos. Aí agora vem a isenção do ISS que querem colocar no colo dos vereadores o aumento do transporte público. Nós temos que derrubar. Essa passagem não pode ultrapassar R$3,80. O povo já paga caro demais. E esse aumento está sendo gerado pela Prefeitura de Salvador e pelo Ministério Público. Por quê? É o único lugar em que eu vejo dar benefício a quem não cumpre contrato.

Os empresários de Salvador não cumpriram o que está no contrato e estão sendo beneficiados com mais R$0,32 de aumento do que era para ser. Porque eles estão antecipando um reequilíbrio financeiro que só era para ser feito em 2021 para entrar em vigor em 2022. Eles estão antecipando, estão dando esse benefício a quem não cumpre o contrato. Era a mesma coisa, sabe de quê? De eu chegar para um assassino e dizer: eu vou te dar o benefício porque você matou aquela pessoa, você não cumpriu a lei, mas você está agindo de bonzinho de outra forma. Não pode, quem não cumprir contrato tem que ser penalizado e não beneficiado. Nós estamos aqui, nós não, esse TAC. Esse TAC está beneficiando quem não cumpriu contrato. Sr. presidente, é o único local que eu vejo dar benefício a quem não cumpre contrato.

Muito obrigado, Sr. presidente.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ODIOSVALDO VIGAS** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019

PINGA-FOGO

Senhor presidente, Sras. vereadoras, vereadores, galeria presente, a mídia que nos assiste.

Estamos ouvindo, nesta Câmara, um grande debate sobre a questão do ISS. Mas aqui, sobre essa isenção, eu já tive a oportunidade até de me pronunciar, inclusive colocando a posição do professor Edvaldo Brito, alguns anos atrás, por mim e com Alcindo Anunciação, que nós até votamos contra aquela isenção imposta pelo governo do Estado, achando que a FIFA era um Estado, uma Nação, impôs ao país onde era a Copa, para se fazer, não é isso mesmo?, uma isenção e que se iria fazer investimento dentro dos bairros populares, que hoje eu chamo periferia, dentro dos guetos, mas não se fez nada. Se fez foi as Arenas neste país, como se fez a Arena Fonte Nova, e que foi fruto de uma grande corrupção que está hoje sendo investigada pela questão da Lava Jato.

Mas, Sr. presidente, temos também, como tivemos ontem nesta Casa, o prazer de desvendar aquela caixa preta da planilha de custo dos transportes coletivos da Cidade do Salvador. Seria importante que se trouxesse também para esta Casa a planilha de custo do metrô da CCR da Cidade do Salvador. Por que se trazer esse custo? Porque eles também estão isentos, eles não pagam ISS, eles tem uma redução de 5 para 2%, como diz a Lei

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Complementar 157, na alíquota mínima de 2%. Então, qual é a planilha da CCR, para que cobre do cidadão da Cidade do Salvador, que se desloca aqui, e que já goza desse subsídio municipal indireto e que em contrapartida da CCR dá ao metrô para os moradores da Cidade do Salvador?

Então, vereador Muniz, vereadores que apoiam o governo do Estado, seria de bom alvitre que a nossa Comissão de Transporte, ali tem o vereador Hélio Ferreira, presidente, providenciasse essa planilha do metrô para ver custos. Se o custo dela é bem menor do que transporte coletivo, onde a sua passagem seria também bem menor. O metrô não tem custo com óleo diesel, não tem custo com pneu, não tem alguns custos que tem o transporte coletivo. Lá é energia elétrica sobre o trilho e a sua manutenção e pessoal.

Então, é necessário termos aqui esse esclarecimento e, além do mais, a questão do ICMS. Eu acho que aí o governo do Estado deveria repassar para o Município da Cidade do Salvador esses 3%, que o município é mais pobre, deu essa isenção na época imposto aqui pela tal FIFA. Eu acho que o Brasil naquela época deu exemplo para o mundo, eu acho que outros países que haverá Copa, a FIFA não irá solicitar isenção de ninguém, porque aqui foram vários debates, foram várias discussões de maneira contrária. Então, eu acho que esses 3%, esse subsídio indireto que é dado pelo munícipe ao governo do Estado, o Estado deveria repassar isso ao município, aplicar esse recurso exclusivamente em saúde e educação. Isso é uma coisa lógica, é uma coisa de bom entendimento.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Aqui nesta Casa, eu tenho lutado há muito tempo para que aqui na Baixa do Sapateiro tenha uma zona de livre comércio, aqueles comerciantes sejam isentos de tributos para poder competir com as redes de *shoppings* ou outras redes de mercados, já bem conhecidos, no entanto, nunca conseguimos isso. Porque é o meio deles competirem, de fazerem o mercado popular baixar o custo da sua mercadoria, mas está morrendo a nossa Baixa do Sapateiros. Não basta simplesmente recuperá-la, é dar algum incentivo aos comerciantes daquela área. É como a questão do IPTU, professor Edvaldo Brito, o cidadão que faz 86 anos neste país, que aumenta a sua expectativa de vida, chega a quase 90 anos, que tem um único imóvel, ele continua pagando IPTU, continua pagando à Receita Federal, continua pagando Imposto de Renda.

Então, nos perguntamos: essa tal Reforma Tributária também se discute em nível de Congresso Nacional? Porque é mais um jeitinho brasileiro, é mais um ajuste, não é Reforma Tributária profunda por justiça social, é mais um arremedo, precisamos saber disso, porque o reflexo do Congresso Nacional, claro, como ele disse aqui, a questão da educação, reflete na educação. A educação, o problema dela, Muniz, não é só em Salvador não, não é só na Bahia não, é nacional. Precisamos definir a federalização do ensino fundamental e ensino médio.

Muito obrigado, Sr. presidente.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019

PINGA-FOGO

Senhor presidente, Sras. e Srs. vereadores, galeria e quem nos acompanha pela nossa TV e rádio e nas redes sociais

É importante o debate desta tarde. Tenho certeza de que todos nós, vereadores da oposição, vamos estar apresentando aqui a nossa inquietação, a nossa angústia, no momento em que nós estamos vivendo. A cada dia estão nos acusando aqui, estão acusando a gente de não querer aprovar este projeto que foi fruto de um TAC e que também não nos consultaram, como o vereador Carlos Muniz falou aqui.

E vou mais longe. Ontem, na reunião, eu pautei também, professor vereador Edvaldo Brito, com os dois secretários que aqui vieram, um ofício que nós encaminhamos para o prefeito, com cópia para o secretário de Mobilidade, e ele confirmou, solicitando lá atrás, no mês de janeiro, as planilhas. E ontem, ele queria dar o foco nas planilhas e não no TAC. E ele me respondeu, por ofício, e ontem também, eu fiz questão de citar e ele confirmou. O que ele respondeu aqui são diversos argumentos, mas quero ler só a parte da informação com relação aos reajustes das tarifas que, segundo o ofício que eles mandaram, não requerem desde a assinatura dos contratos de concessão de Nº 005 de 2014, N º 006 e Nº 007, a realização de

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

planilha de custos que provoca a perda de objeto do Artigo nº 244 da Lei Orgânica do Município de Salvador.

Foi isso que eles responderam, está aqui, em um ofício, dizendo que não cabia mais à Prefeitura, à Secretaria, encaminhar as planilhas para a nossa Casa Legislativa. Se o nosso papel é fiscalizar, é saber?

E ontem, quando eles vieram e apresentaram também, a FIPECAFI apresentou as planilhas trazendo tudo, combustível, óleo, rodagem, mão de obra operacional, salário de motorista, salário de cobradores, tem tudo aqui disponibilizado. Hoje saiu no Diário também para nós analisarmos porque o debate de ontem era sobre o TAC.

Eu acho que nessa mesma compreensão em que eles acharam que não seria mais necessário apresentar as planilhas, na cabeça deles, após o contrato de concessão à Câmara que também, vereador Muniz, não seria necessário encaminhar para esta Casa a isenção, que é inconstitucional. Nós temos, o professor Edvaldo Brito já falou mais cedo, eu estava acompanhando também a Constituição, a Lei Complementar 157, porque se isso acontecer é inconstitucional, é improbidade administrativa do gestor da cidade.

É esse debate que nós precisamos trazer para esta Casa e fazer o debate franco, como nós temos feito com a população, pois querem colocar esse ônus sobre os nossos ombros e isso não cabe a esta Casa porque no momento em que foi - aí chega aqui à Casa o nosso presidente que, pela manhã, apresentou uma agenda positiva de prestação de contas. Parabéns, presidente.

Então, cabe sim a esta Casa, que tem que analisar, não convidaram a Comissão de Transporte que está aqui o presidente, o nosso colega Hélio Ferreira, a Comissão de Finanças e sequer o presidente da Casa. E, agora, querem colocar esse ônus sobre nós.

Então, a população precisa saber, como bem disse o vereador Muniz, para concluir, se cair, esta Câmara tem que derrubar isso mesmo para a tarifa voltar ao valor de R$ 3,80. Aracaju e Salvador têm as tarifas mais caras, professor Edvaldo brito, mais caras. Então, Recife, quando eu falei ontem o secretário queria me responder com a questão do ICMS. Então, cada um tem que ter a responsabilidade e também respeitar esta Casa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Obrigado, vereadora.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES: - Espero que a reunião – já concluindo, Sr. presidente – de amanhã, que não fique nesse jogo de empurra, que venha a Procuradoria, que venha a Secretaria de Finanças, Semob, que venha a Arsal, que venha o Ministério Público, mas o debate tem que ser esse, do TAC, que não nos convidaram para dar opinião.

Muito obrigada, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019 – **NA PRESIDÊNCIA**

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Obrigado, vereadora Marta Rodrigues. Vereador Téo Senna.

Vereador Téo Senna, dê-me só um minuto. Eu queria a atenção dos vereadores.

Eu acabo de receber um ofício da Exma. Sra. promotora de Justiça, Rita Tourinho, que diz da seguinte forma: "Sr. presidente, cumprimentando-o cordialmente tendo em vista a notícia veiculada pela imprensa que informa o adiamento da sessão de votação do projeto de lei... - só uma ressalva, nós não anunciamos nenhuma votação. Na última semana eu submeti duas vezes às bancadas a votação - "...que concede a isenção do ISS e taxa da Arsal em favor da sociedade, de propósito específico do sistema de transporte público coletivo de ônibus (STCO), comunicamos-lhes que o Ministério Público se dispõe a se fazer presente nesta Casa em qualquer momento, em data mais próxima à votação, de modo a conferir tempo suficiente para maior discussão e análise entre os edis, do trabalho técnico desenvolvido pela empresa FIPECAFI, contratada pela Arsal, que estipulou os parâmetros tarifários frente às obrigações assumidas em termos de ajustamento de conduta, firmados no âmbito deste Gepam. Nesta oportunidade informamos que foi remetido ofício à Arsal requisitando a imediata disponibilização a essa presidência de todos os produtos apreciados pela FIPECAFI, do qual a providência ainda não tenha sido adotada. Assim nos colocamos à disposição desta Casa. Em elevada consideração e apreço, Rita Tourinho, promotora de Justiça, e doutor Adriano Assis", também promotor.

Ela, inclusive, teve a cautela de me ligar, há poucos instantes, em função da planilha já disponibilizada inclusive no Diário Oficial e da apresentação feita ontem. Entendi as razões feitas pela ilustre representante do *Parquet*, do Ministério Público, razão pela qual faço o adiamento da convocação dos secretários da Procuradoria Geral para a data ainda a ser apresentada pelos líderes partidários e bancadas. Vereador Téo Senna.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR TÉO SENNA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019 – **PINGA-FOGO**

Senhor presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, a plateia que assiste hoje aqui a esta discussão.

Dando seguimento à discussão, vereador Atanázio, do Projeto de Isenção do ISS, um ataque formulado pela Prefeitura Municipal pelos empresários de ônibus com a participação do Tribunal de Contas. Esse projeto, como todos os outros que já estiveram aqui, nesta Casa, feitos pelo Executivo, como é normal e juridicamente plausível, o Executivo faz o projeto e manda para a Casa, e é obrigação desta Casa discutir esse projeto. E é o que nós estamos começando a fazer, embora já definida a data da votação para 10 de agosto, nós temos a obrigação de melhorar ou de aceitar, ou discutir todos os caminhos. E vale, sim, o voto de cada vereador.

E o mais importante, vereador Sérgio Nogueira, que nesta Casa democrática tanto vale o voto do radiologista Demétrius, do

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

segurança, do vendedor de lojas de flores, como diz Sérgio, do professor, como o jurista professor Edvaldo, todos os votos valem a mesma coisa.

É esse sistema democrático que nós vivemos, é o valor de cada um dos votos. No dia 10 nós vamos discutir esse projeto porque, para minha surpresa, há um questionamento muito grande: primeiro, o prefeito deveria deixar e chamar a Câmara, chamar a Comissão de Transporte para discutir o projeto lá. Não, e aqui que se discute o projeto. O projeto é enviado do Executivo para que aqui a gente possa discutir, como está sendo feito aqui agora.

Aí, eu ouço diversas colocações: é inconstitucional, é lei complementar, 157 não vale. Há inquietação e angústia, apenas as palavras da oposição que sempre, de uma forma acintosa, não quer o melhor para Salvador. Esse aumento foi dado há mais de 6 meses para 4 reais. A população assimilou e nem paralisação teve. Agora, a oposição quer reduzir a passagem.

E vejam o tamanho da hipocrisia. Aqui, nesta Casa, nós aprovamos a redução do ISS para as empresas que construíram a Arena Fonte Nova e aí, não apareceu essa oposição, porque nós, que éramos governo, aceitamos de bom grado, porque era para construir a Arena Fonte Nova. E nós aceitamos. Todas as empresas deixaram de descontar ISS na construção da Fonte Nova. E hoje, nós sabemos da Fonte Nova, o contrato Itaipava. Hoje, nós sabemos da Fonte Nova, o contrato Mandacaru.

E aí, a gente diz: não, é inconstitucional. Inconstitucional são todos os programas. E aí, quando nós temos o discurso, nós

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

vamos para o microfone e fazemos um discurso jurídico bonito contra um projeto desse, um projeto importante para a cidade. Assim como é, e aí vai a hipocrisia de novo, para o Metrô. Esta Câmara recebeu um projeto para reduzir o ISS, para a passagem ser de menor valor, mas ninguém faz essa colocação aqui, vereador Atanázio. Não há essa colocação, apenas é uma angústia, uma inquietação, esse projeto. O projeto está aqui para ser discutido e cabe a nós, vereadores, simplesmente, cada um com o direito ao seu voto, com o seu posicionamento dizer: aceito ou não aceito.

Em todos os projetos, e o presidente primeiro Leo, e agora o presidente Geraldo, trouxeram aqui secretários, fizeram apresentações, demonstraram o que era para fortalecer o entendimento do projeto. Imagine que se predispôs a vir aqui a promotora e houve um questionamento de que não precisava. O secretário estava aí ontem fazendo uma exposição, suspenderam a sessão e mandaram vir outro dia com total falta de educação, zelo e de responsabilidade com as coisas.

No outro projeto, não houve essa discussão em momento nenhum. É uma hipocrisia tamanha com a coisa pública, com a coisa para a cidade que agora, até redução do valor da tarifa, que já está definida, é 4 reais, esses 12 centavos não vão acontecer. Depende, sim, da vontade daqui e eu tenho certeza de que a maioria dos vereadores tem a consciência da importância de no dia 10 de agosto votar e aprovar o projeto de ISS.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MARCOS MENDES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019

COMUNICAÇÃO INADIÁVEL

Eu queria dizer o seguinte, Sr. presidente, que eu fiquei, mais uma vez, muito triste com o Ministério Público Estadual. Sabe por quê? Porque a vinda dele aqui e a exposição sendo completada, como muita gente reclamou que não foi completada, o que seria de suma importância para, durante esse tempo, nós fazermos o juízo de valor para quando chegar depois desse recesso, a gente ter ideia real do projeto para a gente votar.

Então, eu estou com várias dúvidas em relação ao Ministério Público. Primeiro, eu acho que ele fez um TAC de maneira desapropriada, não era para fazer esse TAC. E agora ficou tudo certo de vir aqui e, de repente, ela não quer vir aqui junto com o Executivo, eu não sei por que, haja vista que o TAC foi com o Executivo. Eu acho que é muito ruim, haja vista que a gente queria perguntar várias coisas à Dra. Rita Tourinho para depois a gente fazer nosso juízo de valor. Então, eu estou muito triste com isso.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - V.Ex.ª me permite um parêntese? Dra. Rita não se furtou a vir junto com o Executivo não. Ela me fez uma ligação e encaminhou oficialmente, em função do lapso prazal da apresentação pela empresa e pelo Executivo, nós, vereadores, precisamos ter conhecimento primeiro, da planilha, já publicada no Diário, e dos

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

elementos que levaram – professor Edvaldo Brito foi muito feliz ontem, V. Ex.ª corroborou com maestria no entendimento –, os elementos apresentados para que nós possamos, mesmo nesse recesso parlamentar, nos debruçar. E no dia 06, ela estará aqui, juntamente com o Executivo, às 9h da manhã.

SR. VEREADOR MARCOS MENDES: - Mas só uma pergunta. E vai ser votado de maneira açodada ou a gente vai ter um tempo para fazer uma análise?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - V. Ex.ª me conhece mais do que qualquer vereador aqui, ou então igual aos vereadores e sabe que jamais votarei qualquer matéria aqui de forma açodada.

Obrigado, vereador.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019 **PINGA-FOGO**

Senhor presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, eu acho que a Câmara está de parabéns, nós estamos de parabéns por termos chegado, estamos chegando a um momento, a um processo de entender que a votação desse projeto, vereador Pedro Godinho, ex-presidente desta Casa ,que conduziu também, com muita maestria, debates iguais a esse, esse debate, esse projeto não pode, vereadora Marta, ser aprovado como o prefeito quer.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Porque a situação que a Câmara foi colocada na cidade frente à população, é muito ruim.

O prefeito disse em alto e bom som: “Se a Câmara não aprovar o projeto, vamos aumentar em 12 centavos a passagem”, chantageando os vereadores e vereadoras e colocando, criando um clima de terror na cidade, porque a gente sabe que, se R$ 4 reais já é difícil o cidadão tirar do bolso, imagina R$ 4,12.

Então, a primeira coisa que eu queria sinalizar é isso, é uma vitória para a gente que nós que estabelecemos aqui o debate, que questionamos esse processo, é uma vitória do dia de hoje a gente chegar à conclusão de que nós não podemos votar esse processo sem entendermos o que está por trás desses números que estão sendo apresentados.

Eu queria também, acho que é importante que todo mundo tenha o TAC, que foi assinado pelo Ministério Público, no Ministério Público, pelos empresários e Prefeitura. É preciso conhecer, vereador Marcos Mendes, o Termo de Ajustamento de Conduta. Muniz levantou uma questão aqui importante também. Todo mundo lembra que em 2015 foi fechado um contrato entre a Prefeitura e três consórcios depois da licitação que aconteceu após 30 anos sem licitação na cidade.

Esse contrato reza, esse contrato reza que o valor da tarifa vai obedecer ao mecanismo de reajuste pela inflação e que só poderia ser revisto, esse valor só poderia ter uma revisão de cálculo, analisar planilha, etc., etc. e tal, em 2020 para 2021. Nós estamos em 2019, então, se o cálculo da tarifa for obedecer ao que está no contrato, essa tarifa é R$ 3,80 e não R$ 4,00, pois a

pressão do empresariado de ônibus em cima da Prefeitura, dizendo que não tinha condição, deixaram de pagar Outorga, descumpriram o contrato. A Outorga, todo mundo sabe, que a licitação foi feita não por menor valor de tarifa, como era antes, como deveria ter sido, foi feita por Outorga Onerosa, ou seja, aquele empresário que der mais para a Prefeitura ganhava a licitação. E como o prefeito queria arrecadar, porque ele só pensa em arrecadar, vide aí a Transalvador, então foi fechado assim.

Só que os empresários começaram a alegar que não tinham condição de pagar Outorga e suspenderam. Então, eles estão ilegais, eles estão descumprindo o contrato. Então, os empresários de ônibus, aqui eu não vou entrar no detalhe se eles estão passando dificuldade ou não, até porque nós não conhecemos os números. Somente agora vieram disponibilizar a planilha.

Os empresários se queixando que suspenderam de pagar o que eles deviam pagar à Prefeitura, e agora, aí vai, e o Ministério Público patrocina um Termo de Ajustamento de Conduta para reequilibrar o contrato. A mesma história de 30 anos atrás. Reequilíbrio de contrato. E aí a Câmara e o município vão dar isenção de quase 30 milhões por ano, durante 20 anos. É o que está no TAC, durante 20 anos, renúncia de receita de 27 milhões para socorrer os empresários e a população.

Para concluir, Sr. presidente, essa parte é a mais importante. A população desta cidade, 40 % andam a pé porque não têm dinheiro para pagar transporte, para pagar R$ R$ 4,00 nem R$ 4,12, nem R$ 3,80 se fosse. Crianças, jovens deixam de ir

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

para a escola. Muitos deixam de estudar porque o pai não tem o dinheiro para pagar a meia passagem.

Então, se a gente, se o município vai dar isenção, que dê isenção pensando nas empresas, mas vamos pensar primeiro no trabalhador, no estudante. Eu tenho três projetos apresentados aqui de tarifa de passe livre para estudante. Nós precisamos, Sr. presidente, aproveitar o protagonismo que V. Exa. tem, tem liderado com tanta maestria, para usar sua expressão. Vamos lá votar uma campanha nesta cidade. O vereador que tiver responsabilidade com a população da capital de maior desemprego vai defender que essa isenção leve em consideração os estudantes pobres desta cidade, vamos dar isenção para os estudantes de escola pública. Se a gente vai beneficiar empresário, vamos beneficiar também os estudantes de escola pública.

Passe livre já, vamos levantar isso, aí a gente vota.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA DE 16 DE JULHO DE 2019

ORDEM DO DIA

Senhor presidente, Sras. vereadoras e Srs. vereadores, todos que nos acompanham.

Importante, Sr. presidente, a gente discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por quê? O Projeto de Lei 144/2019 institui as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020. E o

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

projeto, a gente tem que trazer aqui o debate, aprofundando, é um instrumento de gestão, que compreende as metas as prioridades da administração pública, incluindo despesa de capital como também o exército financeiro subsequente e também orienta a elaboração da LOA, da Lei Orçamentaria Anual, e tem também que estar atendendo o equilíbrio entre as receitas e despesas.

Portanto, é uma peça importante que deve integrar o projeto também, como veio o anexo de metas fiscais, que estabelece metas anuais, com valores correntes constantes, relativos a receitas, despesas, resultados nominais, primários, além do montante da dívida pública para o exercício a que se refere os dois anos seguintes.

Também é importante a gente trazer aqui, para quem está nos acompanhando, entender a importância desse nosso debate. O projeto apresenta uma receita e despesa no montante de R$ 8.022.875.000.00, que tem um crescimento na receita em relação ao ano de 2019 de 3%, Sr. presidente. E é aí, que eu quero entrar neste debate sobre o nosso voto separado e nós apresentamos os nossos votos e relacionamos as 26 emendas de vereadores e vereadoras, emendas importantes para a gente, que cada vez mais iriam trazer para esta peça orçamentária, a LDO, um maior aprofundamento, garantir a diversidade, o que não foi considerado, Sr. presidente, nenhuma das 26 emendas dos vereadores e vereadoras. E eu queria ressaltar aqui algumas, só para a gente compreender o teor dessas emendas. Por isso, que o

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

nosso voto foi também um voto conjunto com o vereador Sidninho e com o vereador Cezar Leite, que está aqui também.

E eu quero ressaltar algumas dessas emendas do vereador Cezar Leite, que estabelece prioridades e metas para 2020 no programa combinado à qualidade da educação, a educação bilíngue em libras, língua brasileira de sinais. Qual foi o objetivo? Qual foi a emenda do vereador? Foi para cada vez mais trazer essa importância de expandir o acesso, a qualidade da educação infantil fundamental, ampliando essa solução que seria, caso fosse aceita a emenda, para o ensino infantil, beneficiar crianças, pais e toda esta evolução. Como teve outros também nesta mesma linha, da reconstrução de Centros Municipais de Educação Infantil, para garantir também a educação bilíngue e tantas mais prioridades, no esporte, lazer, com a inclusão de cidadania, o acesso ao esporte. Então, emendas muito bem qualificadas e pontuadas pelo ilustre vereador.

Como teve também do vereador Odiosvaldo Vigas, que foi dar cobertura do Rio Xangó, construção de escolas técnicas municipais no bairro de Itapuã, no Subúrbio Ferroviário, na Cidade Baixa, construção também de passarelas. E também da vereadora Aladilce, Marcos Mendes, Silvio Humberto, suprimindo alguns incisos que iam dos Arts. 1º ao 5º em relação ao Art. 27. De Ana Rita também, que seria para garantir o Programa Saúde e Alcance de Todos, construção e implementação do Hospital Público Veterinário, construção também de centrais de adoção de animais, dentre tantas outras muito importantes.

A nossa também vai nessa direção, da educação e da saúde ao alcance de todos e todas, como, por exemplo, o Programa de Saúde da Família, o PSF, ali no bairro de Praia Grande e outras que são demandas que a população nos procura e apresenta essas demandas. Na área também da população em situação de rua e também da educação, nesta mesma linha que foi construída aqui pelo vereador Cezar Leite.

Então, foram essas emendas, uma diversidade, que ia enriquecer essa peça, mas nenhuma, Sr. presidente, dessas emendas nossas, foram acatadas. Como sempre, o que vem trazendo aqui nesta Casa, neste debate, nos deixa muito tristes, e aí nos acusam ainda que a oposição é contra tudo e contra todos. Não somos contra tudo e contra todos, mas quando nós apresentamos uma emenda dessa, uma emenda qualitativa, que iria melhorar a peça orçamentária, nenhuma delas foi acatada.

E queria mais, Sr. presidente, dizer que o nosso acordo foi para a emenda referente ao duodécimo, nós também inserimos o nosso voto em separado, essa emenda vai ter o nosso voto, as demais não, no projeto todo. Mas a emenda do duodécimo que, mais uma vez, continua com o mesmo erro do anterior colocando até 4,5%.

Então, nós afirmamos que a emenda que foi encaminhada pela Mesa Diretora e Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização nós também subscrevemos e aprovamos, o texto tem que ser impositivo, 4,5%. Porque até 4,5 % pode ser um, pode ser dois, pode ser três. Então, essa daí vai ter o nosso voto, Sr. presidente.

Mas eu queria ir mais além. O Tribunal de Contas do Município, em seus pareceres anteriores, também vem sugerindo, constantemente, atenção do gestor municipal na elaboração dos projetos propostos. Então, para vermos onde Salvador está, em uma comparação da LDO entre Salvador e algumas capitais, Salvador é a 5ª colocada, a 1ª é Porto Alegre, a 2ª é Curitiba, a 3ª é Belo Horizonte e a 4ª é Fortaleza.

Então, quando vamos comparar os valores orçamentários, per capita, a serem usados, em 2020, Salvador coloca-se em último lugar entre as cinco capitais aqui analisadas. E a renda per capita e a população de Salvador é a maior. Olhe a vergonha, são quase 3 milhões de habitantes, 2.933 milhões e o valor per capita 2.715. Imagine! Belo Horizonte conta com 15% a menos da população existente em Salvador, e assim também como as outras demais capitais já citadas aqui, Sr. presidente.

Outra ação também exposta e citada aqui foi o projeto, vereador Sílvio Humberto que nós debatemos muito aqui, o denominado Pé na Escola, que visa atender apenas dez mil alunos. Segundo o projeto, é esse que a gente tem acompanhado e que só tem até agora 33 escolas particulares credenciadas na Prefeitura.

Então, é necessária, para concluir, Sr. presidente, a prioridade na educação infantil e fundamental, daí a importância das nossas emendas, como também no Programa Saúde ao Alcance de Todos e na construção e implementação de novas unidades habitacionais, como também na rede de atenção psicossocial.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Como o meu tempo acabou, se fosse para falar aqui, falaria mais 20 ou 30 minutos para discorrer sobre essa situação.

Muito obrigada, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019

ORDEM DO DIA

Senhor presidente, Sras. vereadoras, Srs. vereadores, inicio saudando os líderes e as líderes comunitários presentes, parabenizando pela, enfim, votação do projeto que estabelece o dia 22 de setembro como o Dia dos Líderes Comunitários. Parabéns, vocês merecem.

Mas, Sr. presidente, nós estamos, então, aqui, nesta última sessão, antes do recesso regimental da Câmara Municipal de Salvador, discutindo o Projeto de Lei da LDO. Vamos votar e depois entrar em recesso. E essa é a discussão, eu diria, mais importante, que se trata do Orçamento do município. O processo de orçamentação do município inclui o Plano Plurianual, a LDO e a Lei Orçamentária Anual. E nós estamos aqui a discutir, portanto, as prioridades para o estabelecimento do Orçamento municipal, a LDO.

Quero aqui parabenizar a vereadora Marta Rodrigues, nossa representante na Comissão de Orçamento, que deu um voto aqui muito minucioso, cuidadoso e qualificado. E, mais uma vez, declarar aqui a minha irresignação, minha revolta porque,

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

em todos os anos da gestão do prefeito ACM Neto, nós, vereadores e vereadoras, Marta, não conseguimos aprovar nenhuma emenda.

Essa gestão do prefeito ACM Neto, vereador Duda Sanches, vereador jovem, que debatemos hoje, na Rádio Metrópole, o prefeito cassou o nosso direito de emendar o Orçamento. É verdade, na prática, é isso que está acontecendo. Ele se julga um imperador, Marta, que a peça que manda de lá é a que deve ser aprovada. Nenhuma emenda. Apenas a emenda do duodécimo e, assim mesmo, porque foi um absurdo que ele ia fazer, de prejudicar o trabalho da Câmara, apenas essa foi aprovada. Mas as outras emendas que, de maneira tão cuidadosa, nós elaboramos, o prefeito nega a todas.

Eu quero ressaltar aqui, para que fique nos Anais desta Casa que, mais uma vez, nós tentamos modificar...

(interrompido pela galeria)

Reponha o meu tempo, por favor.

Presidente, eu vou parar e vou aguardar o festejo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR ORLANDO PALHINHA: - Continue, vereadora. No final, a gente acrescenta o tempo. Continue, vereadora.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA: - Então, nós fizemos, então, o voto, tivemos o cuidado de elaborar emendas e aqui nos associamos eu, o vereador Marcos Mendes, o vereador Sílvio Humberto e trouxemos para esse projeto, como nossas sugestões, prioridades que nós identificamos que estavam faltando na peça, no projeto que veio do Executivo.

Então, colocamos, como prioridade, a Gestão Pública de Excelência, a implementação da Política Municipal de Saúde Ocupacional para cuidar da saúde dos trabalhadores. Colocamos também como prioridade o Programa de Esporte, Inclusão e Cidadania, e Ação de Apoio a Atleta e Delegações Representativas. Colocamos ainda como prioridade saúde, o Programa Saúde ao Alcance de Todos, implementação de Rede Especializada em Saúde Bucal, que há ainda uma carência muito grande nesta cidade. Também colocamos, como prioridade, Programa de Prevenção e Bem-Estar e ação de promoção das Ações de Saúde de Assistência Farmacêutica. Colocamos também, como prioridade, Vigilância Sanitária, Vigilância a Ações de Saúde do Trabalhador, e indicamos também, como prioridade, a construção e implementação de novas Unidades de Saúde da Família.

Nós temos percebido, acompanhando a execução orçamentária do município, que as ações, os recursos, a execução orçamentária na área de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica tem sido muito baixa.

O município tem dado prioridade em executar os recursos na área de divulgação e propaganda em detrimento de ações da área de vigilância epidemiológica e sanitária em uma cidade que tem tantos problemas na área de saúde, tantas epidemias e doenças ligadas a veiculação que são controladas através da vigilância epidemiológica.

Então, nós trouxemos para a LDO essas prioridades, no entanto, foram negadas. Nós sabemos, vereadora Marta, que

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Salvador tem a menor, das capitais, a menor cobertura de Saúde da Família do país.

Então, nós colocamos aqui como uma das prioridades, preocupados que estamos, que estivemos e que estamos, com o acesso da população aos serviços de ação de saúde. No entanto, o prefeito, de maneira insensível, negou mais uma vez, não acatou nenhuma das emendas que nós fizemos.

E eu acho que, mais uma vez, eu quero deixar registrado aqui nos Anais da Câmara. Comunicar através da TV Câmara, à população que, mais uma vez, o prefeito recusa as emendas que nós identificamos, que nós elaboramos aqui no esforço de melhorar a peça orçamentária, de melhorar o planejamento orçamentário do município, porque deve ser feito em comum acordo com a Câmara.

Não é possível que o prefeito se ache o dono da verdade, que ache que só ele pode pensar a cidade, que só ele pode planejar a aplicação dos recursos, que são recursos dos impostos, são recursos públicos.

E, portanto, a Câmara, portanto os vereadores dos diversos partidos que estão aqui e que representam toda a cidade, nós temos direito, nós temos prerrogativas explícitas na Constituição Federal para colocarmos aqui as prioridades que a gente tem que ficar. No entanto, mais uma vez o prefeito nega esse direito à Câmara.

Eu quero aqui deixar registrado que o nosso voto será contrário. Quero parabenizar o vereador Joceval pelo esforço também, que fez. Eu sei que ele gostaria de entrar para a história

da Comissão de Orçamento, como presidente que conseguiu aprovar a emenda, aprovar indicações vindas dos vereadores, mas, infelizmente, o seu prefeito, a sua bancada não concorda com isso e deixa você, mais uma vez, sem poder cumprir essa que é uma prerrogativa precípua dos vereadores, que é emendar o Orçamento. Afinal de contas, nós estamos construindo um Estado democrático. É o que está na Constituição, vereador Marcos, mas, no entanto, aqui em Salvador o prefeito ACM Neto acha que ainda está no tempo do Império, vereador Sabá. É um absurdo.

Para ele, apenas as opiniões, a concepção dele tem valor. Claro que é legítimo que ele mande para cá a peça, ele elabore com sua equipe, mas nós temos condição de fazer avaliação, identificar. V.Exa. tem condição, claro, é vereador, foi eleito, ouve a sua comunidade, identifica as prioridades que precisam no seu bairro, em outros bairros, em todos os lugares que você anda e pode muito bem trazer para esse projeto. Por que não aceitar, vereador Palhinha? V.Exa. que conhece tão bem o Subúrbio, por que não aceitar as prioridades? V.Exa. me disse que está um pouco decepcionado com a Comissão de Orçamento porque não aceitou as emendas. Me parece que já tem alguns anos, a mesma coisa aconteceu com o vereador Palhinha, com o vereador Cézar Leite, com o vereador Silvio Humberto, que aqui fizemos as emendas juntos.

Então é um absurdo, gente! Não é assim que se faz gestão democrática de um município. Vereador Pedro Godinho, não sei se apresentou emenda, por exemplo, poderia apresentar emenda

aqui para esporte também, que eu sei que V.Exa. gosta de esporte, mas não apresentou porque sabe que o prefeito não acata. É um absurdo.

Terminando, complementando aqui o meu raciocínio, é desestimulador quando a gente faz o esforço, quando a gente ouve a comunidade - teve audiência pública -, ouve a população, em audiência pública, os líderes comunitários apresentam proposta. Eu sei ali que Ailton sempre está apresentando e toda a galera. Está ali Chico da Fé, apresentando proposta nesse processo de planejamento orçamentário. E esse prefeito, que se acha o dono do mundo, não aceita nenhuma opinião da gente.

Então, fica aqui o meu protesto. Eu quero dizer que votarei apenas na emenda do duodécimo da Câmara, que foi apresentada e acatada, felizmente. Mas no resto da peça, eu votarei contra.

Obrigada.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019 **ORDEM DO DIA**

Boa tarde a todos, mais uma vez, obrigado, Sr. presidente.

Nós que havíamos pensado em falar apenas em primeira discussão, agora que ficaremos por três horas, poderemos falar na segunda discussão também.

Já que dá tempo, por que não utilizar, vereadora Marta, todo esse tempo à nossa disposição? Eu vi que V.Exa. havia

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

pedido meia hora, mas o vereador Palhinha aceitou a proposição da nobre vereadora Lorena, então, se podemos ficar três horas, por que não faremos? Vamos à luta.

Então, mais uma vez, eu já estou aqui, vereador Marcos, no nosso sétimo ano, e nunca, na história desta Câmara, nesses dois mandatos, eu vi uma única emenda ser aprovada. Passa, muda o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mudam os nobres edis que comandam a Comissão de Finanças, mas a história é sempre a mesma.

E aí, eu me pergunto... eu acredito nessa independência dos Poderes e que uma das nossas atribuições é justamente fiscalizar os atos do Poder Executivo. Como fazê-lo se não por meio das discussões que envolvem o Orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que vai embasar a lei do Orçamento anual?

Nós precisamos fazer porque, foi um ganho da população ser chamada a participar. Você é chamado à mesa, mas, na hora que você diz está bom, vai discutir o que deve entrar na mesa, ou seja, qual é o alimento, o que nós vamos discutir, isso não vale, porque a mesa é pronta. O máximo que você faz é validar o processo de participação, porque, se de fato o processo fosse participativo, minimamente se abriria o diálogo por mais tempo, porque é importante dizer que é uma peça complexa, e chega no limite, fez uma única, uma única audiência pública, em um lugar ali, no auditório do Bahia Center, pequeno, que ficou muita gente em pé, como foi bem lembrado pela nossa assessoria, o debate foi profícuo, mas nada que aquele debate suscitou, nada que foi

trazido ali, naquele momento, foi incorporado, uma vez que, para o que está do outro lado, como bem disse aqui, bem lembrou a nobre vereadora Aladilce Souza, parece que nós estamos vivendo um verdadeiro império.

O que o imperador determina, chega aqui e diz: este é o Orçamento. Oito bilhões e alguns milhões e isso é o que vai ser acatado. O fato é: manda quem pode, em tese, obedece quem tem juízo. Mas como a oposição é cheia de gente que não tem esse tipo de juízo, nós desobedecemos. E nós apresentamos emendas, fizemos de forma conjunta, porque nós não fazemos oposição à cidade. Nós, de fato, queremos uma cidade inclusiva. E essa cidade inclusiva, para se garantir essa inclusão, certamente não passa por um projeto como o Primeiro Passo.

Quem quer, de fato, uma educação para valer, uma educação que garanta que nós estamos nos importando com o futuro das crianças, dos adolescentes, não tem um programa como esse, Primeiro Passo. Não aceita, portanto, incrementar a terceirização da educação. Não aceita, por exemplo, como eu presenciei na Escola Tertuliano de Góes, numa visita da Comissão de Educação, eu e o vereador Carolino, o professor, o professor fazendo aula de educação física dentro de uma sala de aula com mais de vinte alunos.

Aí você pergunta: adianta fazer Centro de Convenções? Eu faço um Centro de Convenções, a obra faraônica, mas não consigo ampliar a Escola Tertuliano de Góes para garantir minimamente o espaço para esses estudantes praticarem educação física. E é assim que eu estou falando de uma Salvador

inclusiva? Fica parecendo aquela estória, o que é o que é que entra em casa, mas está sempre do lado de fora? Parece aquele botão. O botão é que entra em casa e está do lado de fora. É assim que é a política de inclusão deste governo. É bom ter o discurso da inclusão para garantir as chamadas operações de crédito, porque você precisa das condicionantes, e, mais uma vez, mostra que a cidade, com essas inúmeras operações de crédito, a cidade não consegue se sustentar com suas próprias pernas porque, até então, você não consegue observar como esse Orçamento, que saiu da casa ali dos seis para 8, mas como foi que isso se transformou em geração de emprego e renda?

Rompeu com o círculo vicioso da pobreza da nossa cidade? Não, Salvador continua, infelizmente, a ostentar o título de cidade campeã do desemprego, o título da cidade campeã da desigualdade racial entre as capitais brasileiras.

Então, adianta você chegar aos oito bilhões na mudança desse patamar, mas nós, recentemente, verificamos aqui para onde vai parte desse Orçamento. Enquanto você, que nos acompanha atentamente nas redes, sabe para onde é que foi boa parte desse Orçamento? Uma parte desse Orçamento, alguns ganharam dinheiro, outros ganharam só praças. Adivinhe quem ficou com a praças e adivinhe quem ficou com o dinheiro? Foram cerca de 715 milhões, recentemente, de parte do Orçamento, em torno de 9%, quase 10% do Orçamento, foi destinada a um grupo de empresas que mantinham, por coincidência, apenas laços consanguíneos, ou, que nós podemos denominar, relações de parentescos com integrantes do governo.

E aí, você pergunta, eu lhe pergunto e lhe afirmo: por isso que você tem que participar ativamente da vida da cidade, porque quando aqui não são incorporadas as suas prioridades, as prioridades são daqueles endinheirados da cidade, ou seja, o círculo vicioso da riqueza, ou seja, o dinheiro continua a girar na mão das mesmas pessoas.

Então, para nós, aqui, o aprovar ou não a LDO e as demais peças, é apenas, infelizmente, um grande jogo de cena, porque nós falamos, eles fingem que escutam e dizem assim: eu estou chamando você a participar. Quando você diz que vai participar de verdade, eles não nos ouvem, não nos escutam e é a vida que vai seguindo. E, depois, tentam nos acusar de que nós não estamos, ou melhor dizendo, estamos fazendo oposição pela oposição.

Quem faz oposição pela oposição não apresenta emendas, não pede prorrogação, foi isso que nós fizemos, nós pedimos prorrogação do prazo para que pudéssemos estudar e analisar com acuidade a peça orçamentária e daí apresentar as nossas emendas. Qual o resultado disso? Nada. Porque acham que só tem uma única forma de governar a cidade, que é com uma aparência de que todos participam.

Então, aqui, eu vou me somar à bancada da oposição que, mais uma vez, de forma aguerrida, cumpriu o seu papel, cumpriu a sua função de fiscalizar e demonstrar claramente que direcionamento tem sido dadas as receitas da nossa cidade, para onde está indo o Orçamento da nossa cidade.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

E é por isso que o nosso voto será contrário a essa proposta orçamentária, a LDO, que está sendo apresentada nesta tarde, Sr. presidente, com exceção da emenda, que só faltava essa, jogar contra a nossa própria Casa, porque parece que o Executivo do lado de lá não tem limite.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR MARCOS MENDES** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019

ORDEM DO DIA

Boa tarde, presidente, vereadores e vereadoras desta Casa, servidores e servidoras desta Casa, pessoal da galeria que está composta hoje por vários líderes comunitários – e eu queria mandar um abraço a todos os líderes comunitários.

Queria dizer o seguinte, Sr. presidente: se esta cidade e os gestores da cidade ouvissem mais os líderes comunitários, esta cidade seria completamente diferente.

E eu queria fazer um convite: presidente, a gente aqui propôs um CAS, que é Câmara, Academia e Sociedade, toda última terça-feira de sessão especial vai estar aqui a Câmara, ou seja, todos os vereadores, a academia e aí a sociedade. Eu queria dizer o seguinte e pedir o apoio de vocês para trazer a sociedade aqui para dentro desta Casa.

Então, um grande abraço e parabenizo aí esse trabalho feito pelos líderes e pela Mesa.

Uma outra coisa importante a dizer é o seguinte: vereador Ricardo Almeida - o vereador Ricardo Almeida está meio disperso hoje, ele sempre fica muito atento - mas eu quero dizer a ele o seguinte: imagine, tem uma lei - o presidente tomou um susto quando eu disse que queria fazer artigo por artigo, mas era artigo por artigo as emendas, as emendas, Sr. presidente - e queria dizer que como foi falado aqui por Marta, por Aladilce e agora por Sílvio Humberto, nós não somos oposição por ser oposição. Não somos oposição à cidade, mas nós somos vereadores e vereadoras que estamos completamente atentos ao que está sendo colocado e nós lutamos pelo melhor desta cidade.

É importante salientar que todas as avaliações nós fizemos de maneira conjunta, a oposição, tanto é que a gente não está repetindo aqui as mesmas coisas que Sílvio Humberto, Marta ou Aladilce falaram. Então, quero dizer a V.Exa. que não vai ter muita coisa aqui.

Para V.Exa. saber, tem em torno de um, dois, três, quatro, cinco e seis destaques de todo o projeto de LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias -, então, para V.Exa. saber que esta oposição daqui tem uma responsabilidade muito grande.

Então, eu queria começar a ler aqui para demonstrar aqui para vocês sobre alguma coisa. Primeiro, o único artigo que nós pedimos supressão total é o Artigo 2º, Parágrafo 1º, Inciso II. O Artigo 1º, Parágrafo 1º, Inciso II diz o seguinte: "A estrutura e a organização dos orçamentos, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do município de Salvador para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto do Artigo 65, Parágrafo 2º da

Constituição Federal, e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Compreendo: - aí ele diz - "A estrutura e a organização dos orçamentos".

A gente diz o seguinte: por que a gente é a favor da supressão total? Porque operações de crédito externo e interno têm se tornado a tônica nos últimos sete anos na Prefeitura Municipal de Salvador. Além de ser uma das principais fontes de receitas, atribuindo, dessa maneira, para que o capital especulativo e despatriamento do capital sejam constantes. Nesse sentido, não se configurando como uma modalidade de receita que contribua para o aumento real da receita e, por conseguinte, do produto interno bruto soteropolitano, sendo apenas algo que pode trazer segurança fiscal apenas de acordo com a conjuntura.

Então, isso é responsabilidade, ou seja, de acordo com a conjuntura, a gente pode ou não pode. Então, não podemos estar aqui submissos às conjunturas nem despatriamento do nosso capital.

O Artigo 2º, Parágrafo 3º, a gente quer dar algum acréscimo. Então, Artigo 2º diz o seguinte: "As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, para exercício de 2020, fixadas em conformidade com o Plano Plurianual de 2018 a 2021, constam no Anexo 1, que integra a presente Lei de Diretrizes Orçamentárias".

E aí vem o Parágrafo 3º. No Parágrafo 3º, fala o seguinte: "Poderá ser precedida a adequação das prioridades e metas de que trata o *caput* desse artigo se durante o período de apreciação

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

da proposta orçamentária de 2020 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais – aí a gente acrescenta: que não onerem os cofres e patrimônios públicos - sejam por contrapartidas previstas em contrato das operações de crédito interno e externo, convênios, concessões, parcerias público-privadas ou através de outros instrumentos similares." Mesmo porque as parcerias público-privadas só favorecem o privado. Eu não conheço parceria público-privada nenhuma que favoreça o público. Se alguém conhecer aqui, depois eu quero que me fale.

A outra coisa aqui é o Capítulo 3, da estrutura e organização dos orçamentos, da estrutura dos orçamentos.

Então, nós queremos acrescentar, no Artigo 3º, Inciso 4, convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual ou de outros municípios, ou com entidades e instituições privadas nacionais e internacionais.

Esse último, com as internacionais, desde que sejam levadas em consideração sua relevância pública e o interesse comum da Cidade do Salvador. Ou seja, o ente internacional vir aqui só para se beneficiar? Não. Tem que ter interesse do Município de Salvador.

No Artigo 4º, Parágrafo 7º. O Artigo 4º, cadê ele? Parágrafo 7º: Os orçamentos, fiscal e da seguridade social. Então, Parágrafo 7º diz o seguinte: "As atividades sistêmicas que tenham finalidade comuns deverão observar o mesmo código independente da unidade executora. " - A gente quer acrescentar: desde que os

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

recursos não sejam relocados entre as mesmas unidades. Porque, às vezes, tira de uma área para colocar em outra. Então, desde que não sejam nas mesmas unidades, está ok.

Capítulo 4, das diretrizes da elaboração do orçamento do município e suas alterações, e Seção 1, diretrizes gerais.

Então, tem o Parágrafo Único do Artigo 13. Diz o seguinte: "As dotações destinadas ao atendimento de despesas ou encargos da Administração Pública Municipal que não sejam específicas de determinado órgão, fundo ou entidade, ou cuja gestão e controle centralizado interessem à Administração com vistas a sua melhor gestão financeira e patrimonial serão alocadas – aí a gente acrescenta aqui: nos encargos dos órgãos, fundos, entidades e colegiados que possuem controle e participação social". Mais uma vez controle e participação social têm que ser prioritários - prezando pelo seu fortalecimento aos mesmos para que possam se efetivar enquanto entes de monitoramento fiscalizadores da gestão financeira patrimonial e orçamentária do município. Mais uma vez o controle social, pessoal, o que a gente está pedindo aqui é controle social. Se a gente estava falando aqui no respeito que nós temos pelos líderes comunitários, então, o controle social tem que ser de suma importância nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por fim, na Seção 4, das transferências voluntárias, no seu Artigo 26, a gente tem um pequeno acréscimo. No seu Artigo 26, diz o seguinte: "As entidades beneficiadas com recursos públicos de qualquer título estarão submetidas à fiscalização do Poder

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos."

Então, não só do Poder público, mas também por Conselhos Municipais, grupos de trabalho similares, cujas atividades estejam relacionadas.

Então, mais uma vez, os grupos de trabalho, os conselhos têm que ter um papel protagonista. Então, vocês viram aqui, Marta, todos os vereadores da oposição fizeram propostas aqui. Eu acho que não é bicho de sete cabeças, proposta que você inclui os movimentos sociais, que você inclui os Conselhos, que dá responsabilidade com o Município de Salvador e também que essas relações espúrias entre o Poder público municipal e as empresas privadas, através dessas parcerias público privadas, elas não beneficiem só o privado, mas também tenham responsabilidade com o público.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CEZAR LEITE** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 16 DE JULHO DE 2019 - **ORDEM DO DIA**

Obrigado, Senhor presidente. Serei breve em minhas palavras.

Hoje, quando nós chegamos e vemos o Congresso Nacional, o grande protagonismo, a grande briga que se tem em temas tão impopulares, como a Reforma Tributária, a Reforma da

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Previdência, como foi a Reforma, também, Trabalhista, é a briga pelo protagonismo.

O governo Bolsonaro envia projetos de lei que vão para a Câmara dos Deputados e depois para o Senado, mas cada deputado quer brigar para colocar uma emenda. Cada deputado quer brigar para representar o seu segmento. E essa é a beleza da nossa democracia, da independência dos Poderes, do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Se eu, como vereador, que fui eleito por 7.447 soteropolitanos, é porque eles confiaram a mim a possibilidade de representá-los, de colocar aqui suas ideias, suas diretrizes e políticas públicas.

No momento que eu abrir mão dessa representatividade, eu saio da política. E aí, presidente, está na hora de a gente entregar o Legislativo e deixar para o Poder Judiciário e o Poder Executivo governar nossa cidade. Mas essa não é minha briga, essa não é a briga do senhor, essa não é a briga de nenhum vereador.

Quando eu voto contra a LDO que chegou nesta Casa, aqui, eu estou votando não por Cezar Leite, eu estou votando por cada vereador que quis colocar uma emenda, cada vereador que pensou em colocar uma emenda, mas foi sugerido que não colocasse. Eu estou votando por esse vereador, para manter a força da Casa do povo, do Poder Legislativo. Foi por isso que fui eleito aqui.

Não é possível que eu, como presidente da Comissão de Pessoas com Deficiência, agradeço a V.Exa., presidente, essa oportunidade, tenha tido reuniões, audiências com o segmento,

ideias de diretrizes de políticas públicas e no final não poder ter uma emenda colocada. Não poder representar o povo que me elegeu. Não é possível que a gente entenda a política dessa forma.

Eu estou colocando aqui porque quando nós discutimos, inclusive, o Orçamento, e aí, vamos falar um pouco de incentivo fiscal que a Cidade do Salvador está dando, em torno de 60 milhões, 60 e poucos milhões, 1/3 vai ser discutido nesta Casa, que é o ISS, 20 e poucos milhões para 3 empresas de ônibus. Eu acho importante darmos incentivos fiscais às empresas. Da mesma forma que nós temos que dar incentivos fiscais à pequena e à média empresa aqui em Salvador.

Quando eu tenho a luta, e V.Exa. sabe, da taxa de publicidade, eu estou pensando em mais de 2 mil lojistas, hoje, que são taxados, inclusive, em nossa Cidade do Salvador. Taxas de publicidade dentro de áreas privadas. Vamos ter um olhar para os micros, pequenos e médios empresários de Salvador. É muito importante que seja colocado, inclusive, na LDO. Agora, só na próxima LDO, dar oportunidade, que essa agora não tem mais.

Então, eu coloco aqui, e é muito importante, eu agradeço a oportunidade, presidente, desta fala, que eu não costumo colocar em discussão, todos sabem disso, eu sou normalmente muito pragmático nos meus votos, mas eu estou falando aqui para o meu segmento, estou falando aqui para as pessoas que me elegeram, as pessoas que confiam no meu mandato, um mandato de liberdade, de independência dos Poderes e de quem quer uma cidade livre, uma cidade democrática, uma cidade em que cada um dos Srs. vereadores representa também o povo de Salvador.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Então, quando eu voto contra a LDO, eu voto também com os Srs. vereadores que não tiveram a oportunidade de colocar emendas.

Muito obrigado, Sr. presidente.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br